

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em agosto de 2017 foi publicado o despacho 7320/2017 para a “abertura de concurso nacional de habilitação ao grau de consultor e ao conseqüente provimento na categoria de assistente graduado dos trabalhadores que obtenham o referido grau na sequência de aprovação no referido procedimento concursal, com o limite de 1250 trabalhadores a abranger”.

Passaram quase 5 anos desde a publicação de tal despacho e o Bloco de Esquerda tem a informação que existem casos em que os resultados e lista final dos candidatos aprovados continua sem ser publicada, faltando autorização do Ministério das Finanças.

Por exemplo, o Centro Hospitalar do Porto só terá chamado os candidatos para prestar provas em janeiro de 2022 (apesar de o despacho ter sido publicado em 2017) e os candidatos com avaliação qualitativa final de Aprovado continuam sem progredir para o grau de consultor. Existem casos que agora podem ser excluídos de progressão porque as instituições se atrasaram e porque o Ministério das Finanças pode considerar que a quota definida em 2017 já se encontra preenchida.

É importante que o Ministério da Saúde, não só possa averiguar esta e outras situações semelhantes, mas que avance também para medidas que permitam progressões mais rápidas em carreira, de forma a valorizar e motivar os trabalhadores do SNS e de forma a captar e fixar mais profissionais. Isso não tem acontecido e as conseqüências estão à vista: desânimo e abandono. Não se pode insistir em receitas falhadas e que passaram por limitar as progressões e subordinar a Saúde às Finanças.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde as seguintes perguntas:*

1. Tem conhecimento desta situação ocorrida no Centro Hospitalar do Porto?
2. Que medidas tomará para que os trabalhadores médicos não sejam prejudicados por estes

atrasos a que são alheios?

3. Confirma que o Ministério das Finanças não está a dar autorização à progressão destes trabalhadores?
4. Que medidas estão a ser tomadas para que outros trabalhadores possam fazer a sua progressão de carreira?

Palácio de São Bento, 3 de junho de 2022

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)